

A FIGURA DE RÔMULO EM TITO LÍVIO, O MODELO IDEAL DE GOVERNANTE DURANTE O PRINCIPADO AUGUSTANO (27 A.E.C A 14 E.C)

Caio Smith Moreira¹

Resumo: O livro I *De Urbe Conditia* de Tito Lívio narra a história de Roma a partir da chegada de Enéias à península itálica, e como seu descendente Rômulo funda a cidade, até o exílio de Tarquínio, o último rei de Roma. Em nossa visão os resgates feitos por Tito Lívio em sua obra, responderam a anseios sociais e também as bases da estratégia de Otávio Augusto para se legitimar politicamente durante o Principado Augustano, ao desassociar sua imagem do período monárquico. Os feitos de Rômulo na narrativa de Tito Lívio não só se assemelham aos de Otávio Augusto durante a contemporaneidade do autor, mas também é suposta uma ancestralidade comum entre os dois líderes.

Palavras-chave: Ancestralidade. Cultura. Legitimação. Religião. Resgate

Abstract: The book I *De Urbe Conditia* of Titus Livius tells the story of Rome from the arrival of Eneas to the Italian peninsula, and how its descendant Romulus founded the city, to the exile of Tarquinius, the last king of Rome. In our view the rescues made by Titus Livius in his work responded to social longings and also the basis of Octavian Augustus strategy to legitimize himself politically during the Augustan Principate, by disassociating his image from the monarchical period. Romulus' deeds in The Livius Rite's narrative not only resemble those of Octavian Augustus during the contemporaneity of the author, but also a common ancestry between the two leaders is supposed.

Keywords: Ancestry. Culture. Legitimacy. Religion. Rescue.

Tito Lívio foi um antiquário² romano, que viveu de 59 (A.E.C.) à 17 (E.C.), ou seja, justamente o período de transição da república romana para o Principado Augustano. O livro I de Tito Lívio apresenta em diversos momentos Rômulo como um líder que trabalhou para que a cidade se desenvolvesse, criando uma legislação, fundando templos, vencendo diversas batalhas entre outros feitos em prol da cidade. A cobiça é um ponto crucial e Rômulo apresenta tal característica apenas uma vez, e logo é justificada por Tito Lívio, afinal as diversas crises contemporâneas ao autor são atribuídas diversas vezes a cobiça e a ganância. Logo a política de Augusto voltada para a construção de uma imagem de simplicidade e resgate das tradições, seria legitimada pelas atitudes de Rômulo, que serviam como um modelo para o novo líder romano.

¹ Graduado em História pela Universidade Veiga de Almeida
Email: caiosmith@outlook.com

² Os romanos tinham uma palavra precisa para designar aqueles homens que se interessavam pelo passado: são os “eruditos das coisas antigas” ou até mesmo “os bons conhecedores de nossa antiguidade. No Renascimento foram chamados de “antiquários” (MOATTI, 2008: 148)

Daí, para si mesmo e para o seu Estado, pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem como em seu desfecho. (...) Aliás, quanto menos bens, tanto menos ganância havia: nos nossos dias, as riquezas trouxeram a cobiça e os divertimentos excessivos, desejo de se destruir e consumir tudo por luxo e por libertinagem. (LÍVIO, 2008: 35)

O Principado de Augusto foi um período de transição política e cultural, onde as crises do fim da república eram ainda recentes. Tais crises modificaram a conjuntura política e social de Roma, o “império” estava fragmentado politicamente e grande demais para ter uma unidade cultural. Tal contexto requer a construção de uma política de legitimação, afim de proporcionar uma administração funcional a um império desgastado com as guerras civis.

Entendemos, que Augusto participa e tira proveito de um contexto de florescimento da literatura em Roma, diversos autores como Virgílio, Horácio e Tito Lívio surgem em períodos próximos ao principado. Sendo assim, estes constroem obras que possibilitam uma legitimação através do passado romano, construídas possivelmente de acordo com as pretensões de Augusto.

Ao se relacionar com autores contemporâneos, Augusto consegue reviver mitos na cidade e inserir neles características que o legitimam, através da construção de tradições das quais ele faz uso em figuras como a de Rômulo. Vale ressaltar que através destas narrativas os mitos ganham características “extraordinárias”, como batalhas entre grandes exércitos e cidades, além de algumas instituições muito estruturadas para a época. Mesmo a forma como o autor trata os líderes requer atenção, afinal neste período os reis provavelmente não tinham uma conotação maior do que comandantes.

Quando discutimos a realidade, e não tanto os mitos, desse período inicial da história de Roma, talvez seja melhor pensar em termos de chefes ou homens poderosos e não de reis, e imaginar um período de “comandantes” em vez de um período de “reis”. (BEARD, 2017: 101)

A tentativa de criar modelos de líderes que o legitimasse contava com um outro aspecto também muito importante, a linhagem de Augusto. Este enquanto filho adotivo de César, que após a morte foi divinizado, já era dotado de legitimação por ser escolhido por uma divindade como seu herdeiro. Porém, buscou-se nas obras literárias da época ir além, as narrativas tinham diversos personagens que tinham sua linhagem relacionada com a de Augusto e Eneias foi um deles. Um dos mais famosos líderes troianos que teve

sua história abordada por Homero e Virgílio também figura na narrativa de Tito Lívio, e sua aparição não é ao acaso.

Na narrativa de Tito Lívio, Eneias ao chegar na península itálica tem um filho chamado Ascânio, que também era chamado de Iulo³. Tal personagem era apontado pela família Júlia como seu ancestral, sendo assim, sua família vinha da linhagem de Vênus que, não por acaso, era mãe de Eneias pai de Iulo. Claramente estes são fatos extremamente retóricos, um discurso com um poder político forte, porém, os debates haviam sido diminuídos no Fórum e no Campo de Marte. Sendo assim, era preciso uma forma de propagar sua “ancestralidade divina” por toda Roma, e a literatura era uma forma eficiente.

A estes templos, é conveniente acrescentar o de Marte Vingador, edificado no centro do novo Fórum com que Augusto dotou a cidade e que recebeu o nome de *Forum Augusti*. Este templo do deus vingador foi verdadeiramente o edifício dinástico por excelência do novo regime. Marte, pai de Rômulo e Remo e “amante” de Vênus, surge entre os antepassados divinos de César. (GRIMAL, 2008:98)

Na citação anterior, vemos o quanto essa política de Augusto estava caracterizada também nas reformas urbanas na qual ele trabalhou. Marte apontado na narrativa de Tito Lívio como pai de Rômulo surge também como mais um “antepassado divino” dos Júlios. Como citado anteriormente Iulo é apontado também como um antepassado de Rômulo, ou seja, todos estes homens apresentados como exemplares na narrativa de Tito Lívio, estão tendo suas figuras ligadas à de Augusto. Augusto trabalhava para a construção de uma atmosfera que o legitimasse, buscava reformas morais e urbanas que construíssem um passado glorioso para sua família, e o apontava como o líder necessário a Roma. Sendo assim, podemos entender a criação de uma identidade romana baseada em antigos costumes e a tentativa de Augusto em se legitimar baseado em modelos construídos por literatos. As obras foram construídas com uma visão da elite romana, mas que poderia, porém, se expandir pelos demais grupos da sociedade como modelos de atitude para a vida.

Sob o aspecto dessa relação entre Augusto e a religião, os testemunhos, ainda que poéticos (...) salientam a negligência a que foi acometida a tradição da religião no final da República e, nesse sentido, os autores depositam em Augusto, um homem com um poder sem precedentes, a capacidade de revigorar ou refundar a religião romana. Dessa maneira,

³ (...)se esse teria sido Ascânio ou porventura um outro mais velho do que ele, filho de Creúsa, nascido em Tróia antes de sua destruição e companheiro na fuga paterna, o mesmo Iulo que a família Júlia anuncia como fundador de seu nome. (LIVIO, 2008: 45)

Augusto sob a perspectiva da refundação passa a ser associado a Rômulo, daí então não só por sua relação de parentesco com a *gens Iulia*, como também sob o prisma de uma simbologia da fundação e da refundação de Roma. (MARTINS, 2015: 450)

As ligações a Rômulo são facilmente encontradas nas narrativas que foram escritas durante o fim da república e o início do principado. Tito Lívio ao narrar o mito de Rômulo coloca que o monarca subiu ao monte Palatino para tomar os augúrios sobre a fundação da cidade, em um momento onde existia a disputa com seu irmão Remo sobre quem deveria fundar a cidade. Ocorre que o Palatino é também a colina natal de Augusto e este é um simbolismo relevante quando pensamos da seguinte maneira: Rômulo funda Roma e leva a cidade a momentos de claro desenvolvimento, como coloca Tito Lívio em sua narrativa, após subir ao palatino para tomar os augúrios. Augusto por sua vez tem o Palatino como colina natal e efetua algumas construções no monte, logo podemos entender Rômulo como fundador da cidade, que entrou em declínio e seria resgatada, ou até mesmo “refundada” por Augusto seu descendente. Logo, o fundador da cidade toma sua decisão no Palatino e Augusto retoma os momentos de glória da cidade tendo nascido no mesmo monte.

Temos de ressaltar que ao construir sua obra Tito Lívio não criou os personagens, ele se utilizou dos mitos e dotou os personagens de características ditas exemplares, é notória a existência de um desejo em ressaltar a plasticidade dos mitos. Ao analisarmos a forma como os mitos são tratados podemos perceber um saudosismo na forma com que foram escritos pelo autor, podemos entender este saudosismo como um anseio social, onde a sociedade aguardava por um líder que concentrasse seus esforços em Roma para por fim as disputas por poder tão latentes no fim da república.

Durante sua narrativa Tito Lívio destaca na figura dos monarcas características que, em seu ponto de vista, faltavam aos líderes romanos contemporâneos a ele ou que seriam úteis para a manutenção do poder. Ao destacar, por exemplo, os benefícios que Rômulo propiciou a cidade com um código de leis que a manteve unida, ele espera indicar um caminho para os novos líderes. Sobre a fundação da cidade ocorre uma passagem interessante, onde é demonstrada não só a ambição por poder, como as consequências da negligência a vontade dos deuses:

Mas logo interveio nesses projetos o mal dos antepassados, a ambição do poder, e, de um início bastante tranquilo, nasceu uma terrível disputa. Como fossem gêmeos e, portanto, o direito da idade não podia estabelecer a primazia, para que os deuses tutelares do lugar, por meio de auspícios,

escolhessem aquele que daria nome e governaria com poder a nova cidade, Rômulo ocupou o Palatino, e Remo, o Aventino para tomarem os augúrios. (LIVIO, 2008: 49)

A citação anterior é importante, uma vez que ela coloca a ambição pelo poder como o mal dos antepassados romanos, sendo assim aquilo que era visto na contemporaneidade do autor não era um fenômeno surgido durante a república, mas sim uma herança negativa da monarquia romana. As crises durante o fim da república foram crises que tinham como fator agravante a ambição pelo poder, o acúmulo de poder fazia com que as grandes figuras políticas se enxergassem acima das instituições romanas. Então Tito Lívio demonstra através do mito de Rômulo que a ambição é algo existente desde os primórdios de Roma, mas deveria ser evitada para que na política atual não se desenrolasse o mesmo fim trágico apresentado no mito. Na citação seguinte podemos observar alguns pontos importantes destacados por Tito Lívio em Rômulo enquanto líder romano, deveriam ser respeitadas as tradições religiosas para que a vontade dos deuses fosse concretizada.

Contam que o augúrio veio primeiro para Remo: seis abutres; e que já tinha sido anunciado este augúrio, quando o dobro de aves se apresentou para Rômulo. O povo aclamou um e outro como rei: uns se arrogavam o direito ao reino por causa da precedência; outros por causa do número de aves. Enfrentando-se com altercações, com a exasperação de suas iras, entregaram-se a uma luta de morte. Nesse momento Remo morreu, ferido em meio à multidão. (LIVIO,2008: 49)

Este trecho também nos permite entender as principais características de Rômulo em seu mito, ele contém os pontos principais de sua figura, uma ação religiosa tradicional em Roma e o aspecto guerreiro do líder. Ao tomarem os auspícios os deuses escolhem por Rômulo como aquele que deveria fundar a cidade naquele local, uma vez que foram apresentados para ele o dobro de aves do que para seu irmão. É evidenciado pelo autor que a vontade dos deuses não foi respeitada em sua totalidade, uma vez que os augúrios já haviam apontado Rômulo e mesmo assim o povo aclama ambos como reis, outros salientam o direito ao reino por precedência. Daí surge o conflito que só é resolvido com o assassinato de um dos irmãos. Tito Lívio acrescenta que Rômulo ao vencer seu irmão proclamou: “assim morrerá de agora em diante qualquer outro que ultrapassar as minhas muralhas” (2008: 49). Esta frase é emblemática, pois Rômulo estava anunciando que não só aquele que o afrontasse teria tal destino, mas todo aquele que afrontasse Roma. Desta forma fica exposto que a grande função de um líder romano é a manutenção da cidade, de suas tradições, de seus costumes e de suas instituições.

A “necessidade de estabelecer, em todos os domínios, a continuidade das tradições romanas(...)” (GRIMAL, 2008: 93) diz muito sobre a política de Augusto. A continuidade ocorre de duas formas diferentes, à medida que ele precisa manter as instituições de seu regime parecidas com a da república para que ele não levantasse a revolta contra si, ele tentava ao mesmo tempo, fazer paralelos com figuras mitológicas. No primeiro caso, ele deveria buscar meios de “camuflar” sua posição acima das instituições republicanas, obviamente esta é uma visão que temos em nossa contemporaneidade, para seus contemporâneos Augusto tentava se manter como um homem que trabalhava pela manutenção da república⁴. Ao ser visto como um homem que trabalhava pela manutenção república Otávio Augusto minimizava o risco de acumular a objeção do Senado, e do povo. Ele deveria assemelhar sua liderança com os pontos positivos dos líderes romanos bem-sucedidos, em especial de Rômulo, mas evitar ser assemelhado a monarquia. Devemos lembrar a todo momento que a política augustana se constrói logo após a morte de Júlio César, e Otávio Augusto busca se legitimar por formas diferentes de seu tio-avô. Ao observarmos os fatores que levaram César a ser assassinado, veremos que seu regime foi assemelhado a uma monarquia, algo que remete imediatamente a tirania da monarquia etrusca em Roma.

A intenção de Otávio Augusto em se manter como uma figura que não ameaça as instituições políticas da república fica evidente quando observamos que ao fim do segundo triunvirato, quando Otávio derrota Marco Antônio ele retorna a Roma e devolve o poder ao povo e ao Senado seus “legítimos detentores”. Esta atitude certamente já havia sido calculada e Otávio sabia que contava com o apoio da maioria dos senadores. Então em 27 A.E.C recebe o título de Augustus e restabelece o sistema político.

Devemos nos atentar ao significado deste título que Otávio recebeu, Augusto era um título inédito em Roma e que tinha significados muito uteis. Remetia a religião romana e lembra a todos da fidelidade de Otávio com a simplicidade e com a tradição romana.

(...) o nome “César” para o governante foi suplementado pela nova designação “Augusto”. Era uma palavra com veneráveis conotações religiosas, estando ligada ao verbo “aumentar” (augere), que era também a raiz de auctoritas e provavelmente de augurium, a prática da adivinhação, profundamente arraigada na tradição romana. A adoção do termo “augusto” para definir sua nova categoria como líder da nação indicava sua superioridade sobre o resto da humanidade e ao mesmo

⁴ Lembrando-se que César havia sido assassinado por ter recorrido à força bruta, ele compreendeu que os nobres só tolerariam sua autocracia se a disfarçasse com tradições republicanas aceitáveis. (GRANT, 1987: 219)

tempo evitava denominações ditatoriais ou divinas que desagregariam aos conservadores. (GRANT, 1987: 220).

Os augúrios eram então formas dos líderes se legitimarem e terem a concessão dos deuses para assumirem o papel de destaque em Roma. Augusto parecia não só fazer uso dos augúrios como se aproximou dos templos, como o de Apolo que era o deus patrono de seu principado. Augusto pessoalmente supervisionava as atividades nos templos, para que ele mesmo pudesse publicar ou censurar qualquer profecia que lhe fosse útil. Aqui encontramos um ponto muito importante, pois durante a república o papel da autoridade sobre os templos era pulverizado, ou seja, cada colégio sacerdotal tinha seu próprio responsável. Quando Augusto instala seu principado essa pulverização de cargos nos templos é abolida, pois Augusto era detentor de quase um monopólio sobre questões religiosas, ele se tornava o principal interprete dos augúrios

Otávio enquanto “Augusto”, se tornou algo acima das magistraturas comuns, pois todos estes cargos tinham um período pelo qual seria possível mantê-los enquanto seu título era vitalício. Assim ele sofreria menos com a rivalidade com o Senado, uma vez que os Consulados continuavam existindo e a República poderia coexistir com o Augusto. Se tornar Augusto era um título até então inédito e que não presumia estar acima da República, mas sim um instrumento que permitiria preservá-la por mais tempo

Temos então uma medida muito relevante na política de Otávio, ele evita denominações que remetessem a posições ditatoriais e ao mesmo tempo aproxima sua imagem de algo divino. Ele evitou desagradar as alas mais conservadoras e ao mesmo tempo se aproximou da religião que o legitimava.

Garantir os ritos representava a certeza da manutenção da sociedade como queriam: ordenada e segura. Ao respeitar as regras de comportamento, como respeito os deuses, sobretudo em espaços, ao curvar-se sob a autoridade dos rituais, o cidadão garantia a ordem social, a pax deorum e as práticas que acarretavam a transgressão a ordem vigente podiam levar a sociedade ao caos e a degradação. A Concordia entre homens e deuses é a garantia da ordem romana (BELTRÃO,2010:146).

Na citação anterior é explicitado a importância da religião na sociedade romana, como ela molda os costumes e como ela é importante para a manutenção da ordem, logo ela se torna importante um instrumento também para Augusto. O problema é que a religião romana vivia um declínio durante os anos que antecederam o Principado Augustano, ou seja, além de grandes disputas pelo poder que promoviam cisões internas

os romanos estavam perdendo um elemento aglutinador que fora herdado dos antepassados. Como exposto na citação anterior “A concórdia entre homens e deuses é a garantia da ordem romana” e se os romanos estavam se afastando de seus deuses a ordem estava ameaçada, Otávio Augusto ao vincular elementos religiosos tradicionais ao seu regime trazia consigo a autoridade dos rituais que garantiam uma sociedade ordenada e segura, conseqüentemente uma administração mais tranquila.

Concluo, portanto, que as seguidas guerras civis durante o fim da república criaram mais divisões em um império bastante heterogêneo, onde culturas diferentes se submetiam a uma mesma administração. Além disso os cidadãos romanos estavam cansados das disputas políticas, era preciso criar meios de unir novamente um império tão desgastado.

Assim como qualquer momento de transição de regime político, o Principado Augustano necessitava de bases de legitimação. Neste sentido foram criadas tradições, que através da literatura, foram inseridos nos mitos, afim de transmitir uma imagem de ancestralidade. Tais tradições ajudavam a criar um contexto favorável para as reformas empregadas por Augusto durante o principado. As obras literárias de Virgílio, Horácio e Tito Lívio foram formas de construir as ligações entre mitos e as tradições que se pretendia utilizar durante o principado. Foram formas de legitimar a política de Augusto, que estava se relacionando diretamente com os mitos.

Neste sentido, na análise da obra de Tito Lívio foi possível notar a criação de um modelo ideal de líder, no qual Rômulo se torna uma figura exemplar. Tal figura enquanto exemplo, foi reconstruída com características que se assemelhavam a política praticada por Augusto. Acreditamos que tal figura foi utilizada para que Augusto tivesse um meio de se legitimar, no qual pudesse utilizar delas para justificar suas reformas e tornar-se um exemplo de moralidade e de bom governante.

Ao observarmos a forma como Tito Lívio desenvolveu sua narrativa, podemos perceber que em alguns momentos ele espelha alguns pontos contemporâneos nos mitos, algo que beira o anacronismo. Um exemplo disto é a forma com que o autor trata o Senado em sua narrativa, durante o período no qual Roma estava se originando parece pouco provável que existisse um Senado tão forte e tão organizado como é exposto. Levando em consideração o tamanho de Roma e das demais cidades do período e da região, seria mais aceitável que fosse um conselho de anciões e não uma instituição tão poderosa como na república

Sendo assim qual seria o motivo de Tito Lívio cometer tais equívocos? Na realidade acreditamos que não eram nem sequer equívocos, era uma opção do autor. Acreditamos que ao inserir tais traços em sua obra, Tito Lívio procurava descrever Roma de forma a exaltar sua grandiosidade desde sua fundação. Ao narrar o desenvolvimento da cidade com características grandiosas ele constrói a ideia de que Roma foi predestinada a ser uma potência pelos deuses, e de que ela realmente sempre foi grande. Porém, devido as seguidas crises causadas pelas guerras civis, sua trajetória grandiosa havia sido interrompida e cabia a Augusto resgatar esse passado glorioso construído nas narrativas. Ao entendermos os mitos narrados por Tito Lívio como uma construção com o objetivo de refletir sobre os cidadãos, podemos entendê-las como um instrumento para prepará-los para as reformas pretendidas por Augusto. Sendo assim a ideia da construção de um modelo ideal de líder baseado nos feitos de Rômulo se encaixa perfeitamente neste contexto de exaltação do passado.

Referências

- BEARDY, M. *SPQR: uma história da Roma Antiga*. São Paulo: Planeta, 2017.
- BELTRÃO, C. “A Religião na *urbs*.” In.: MENDES, N. M.; SILVA, G.V. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006
- GRANT, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1987.
- GRIMAL, P. *O século de Augusto*. Lisboa. Edições 70. 2008
- LÍVIO, T. *História de Roma: desde a fundação da cidade. Livro I- A Monarquia*. Tr. VITORINO, M.C. Belo Horizonte. Crisálida.2008.
- MARTINS, P. Texto e imagem: Como se faz a História sob(re) Otávio/ Augusto. In: SILVA, Glaydson José (org.). *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda Casa Editorial. 2015.
- MOATTI, C. *La razón de Roma*. Tr. MAYORGAS, A.R. Madrid. Machado Libros. 2008